



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



CONTRATO Nº 26 /2013

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MUSICISTA COMO MÚSICO DE FILA/CLARENTISTA PARA ATENDER A ORQUESTRA FILARMÔNICA DE GOIÁS DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, E PATRÍCIA PÉREZ BRITO PALEARI NA FORMA ABAIXO:**

Aos 10 dias do mês de setembro de dois mil e treze (2013), de um lado, o **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pela Procuradora - Chefe da Advocacia Setorial **Dr<sup>a</sup>. Leila Maria Cunha Prudente**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/GO sob o nº 7.344, CPF sob o nº 060.114.891-68, com base na delegação de competência conferida pela Lei Complementar nº 95, de 29 de outubro de 2012, residente e domiciliada nesta capital, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.188.263/0001-80, com sede à Rua 82, Nº 400, ST. Central, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 8º andar – CEP 74015-908, nesta capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, ora representada pelo seu titular, **Doutor VILMAR DA SILVA ROCHA**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 168.901 - SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob o n.º 865..063.751-87, e de outro lado **PATRÍCIA PÉREZ BRITO PALEARI**, pessoa física, música, inscrita no CPF sob o nº 235.279.938-43, residente e domiciliada nesta Capital, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato para a contratação dos serviços da musicista como música de fila/clarinetista, pelo período de 12 (doze) meses, resultante do **Ato de Inexigibilidade de Licitação nº 016/2013** - Com base no artigo 25, inciso III,



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



da Lei nº 8.666/93 relativa ao **processo nº 201300013001561**, estando às partes sujeitas aos preceitos da Lei federal, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Estadual 17.928/2012 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e às cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I- Contratação de serviços da musicista **Patrícia Pérez Brito Paleari** como músico de fila/clarinetista para atender a Orquestra Filarmônica de Goiás do Centro Cultural Oscar Niemeyer nos Concertos Oficiais, que acontecerão durante o período de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação.

II- Apresentar-se durante toda a Temporada 2013 de concertos da Orquestra Filarmônica de Goiás do Centro Cultural Oscar Niemeyer executando o repertório oficial da temporada bem como os programas agendados extra-oficialmente ao longo dos doze meses de sua prestação de serviços.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I- O Contratado se obriga a executar todos os concertos oficiais e extra-oficiais junto à Orquestra Filarmônica de Goiás em todas as atividades musicais da OFG, incluindo os ensaio, repasses, turnês, etc.

II- O contratado desempenhará suas funções de músico no horário de 09:00 às 12:30 com intervalo de 30 minutos, de segunda à sexta feira e quarenta e duas apresentações em períodos noturnos ou matutino nos finais de semana. Além dos horários mencionados, o músico ficará a disposição da Orquestra Filarmônica para possíveis agendamentos.

III- O contratado não poderá faltar aos ensaios ou aos espetáculos agendados, excetuados os motivos de força maior.

IV- As faltas injustificadas serão motivos de rescisão contratual, garantido a ampla defesa.

2



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

- I- Disponibilizar local adequado para a prestação dos serviços;
- II- Fiscalizar e inspecionar os serviços e verificar o cumprimento das obrigações pactuadas no que se refere à apresentação do repertório definido pela Superintendente da OFG.
- III- Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-las em todos os casos omissos.
- IV- O contratante se obriga a pagar, quando para o desempenho dos seus serviços for necessário viajar, as despesas de transporte, alimentação e hospedagem, até o respectivo retorno.
- V- Pagar o valor avençado em 12 (doze) parcelas mensais, a partir da outorga do contrato, mediante depósito em conta e apresentação de recibo/ nota fiscal.

**CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA, DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA**

- I- A prestação do serviço artístico do músico deverá ocorrer durante os ensaios e Concertos Oficiais e extra-oficiais da Orquestra Filarmônica de Goiás, no período de doze meses, a iniciar-se a partir da outorga do contrato, com possibilidade de prorrogação.
- II- Os locais de prestação dos serviços de ensaio e apresentação de concertos serão nos seguintes espaços: Teatro SESI, Teatro Goiânia, Centro Cultural Oscar Niemeyer, Bairros de Goiânia e cidades do interior do Estado de Goiás, conforme projetos definidos pela Superintendente da Orquestra Filarmônica de Goiás.
- III- O prazo de execução contratual será de 12 (doze) meses, a iniciar-se a partir da outorga.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



I- O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no interesse das partes, contados a partir da publicação do mesmo nos órgãos oficiais.

**CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO REAJUSTE.**

I- O valor total do presente contrato, de acordo com a Proposta de Preços, é de R\$ 60.744,48 (sessenta mil, setecentos e quarenta e quatro reais, quarenta e oito centavos).

II- A despesa decorrente da execução deste contrato correrá neste exercício, sendo R\$ 25.310,20 (vinte e cinco mil, trezentos e dez reais, vinte centavos) à conta da dotação Orçamentária 2013.11.50.13.392.1123.2033.03, do vigente orçamento, conforme Nota de Empenho n.º 03/2013, de 20/08/2013 e R\$ 35.434,28 (trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e quatro reais, vinte e oito centavos) na próxima dotação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

I- A **CONTRATADA**, mensalmente deverá protocolizar Recibo na Gerencia de Execução Orçamentária e Financeira, para ser atestada e encaminhada para área financeira da **CONTRATANTE**.

II- Para efetivação do pagamento, a regularidade fiscal deverá ser comprovada pelos documentos hábeis ou por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC, e outros documentos que possam ser considerados pertinentes pelo setor responsável pelo pagamento da CASA CIVIL/GO, devendo a **CONTRATADA** manter todas as condições de habilitação exigidas pela lei.

III- Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após protocolização e aceitação pela **CONTRATANTE** dos Recibos correspondentes, devidamente atestados pelo gestor do contrato e serão creditados na conta corrente nº 0011105-8, Agência 0653-0 do Banco Bradesco, em nome da **CONTRATADA**.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



IV- Na ocorrência de rejeição do Recibo, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no parágrafo 3º acima, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

V- Ocorrendo atraso no pagamento em que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a **CONTRATADA** fará jus a compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

**EM = N x Vp x ( I / 365) onde:**

**EM** = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

**N** = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

**Vp** = Valor da parcela em atraso;

**I** = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

VI- Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto perdurar pendência em relação à parcela correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

I- O CONTRATADO que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado de Goiás, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no subitem II e seus incisos e das demais cominações legais.

*[Handwritten signature]*  
5



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



II- A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará o contratado, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos seguintes limites máximos:

- a- 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- b- 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;
- c- 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

III- Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

I – A rescisão do presente contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- b) amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;
- c) judicial, nos termos da legislação.

II- A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Na hipótese de rescisão serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

6



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro de Goiânia para dirimir as questões oriundas da execução deste contrato.

E, por estarem as partes desse modo contratadas, foi o presente instrumento impresso em 03 (três) vias, de igual teor que, depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

**GABINETE DO SECRETÁRIO DA CASA CIVIL**, em Goiânia, aos 10 dias do mês de setembro de 2013.

Pela **CONTRATANTE**:

**VILMAR DA SILVA ROCHA**  
Secretário de Estado da Casa Civil

**LEILA MARIA CUNHA PRUDENTE**  
Procuradora - Chefe da Advocacia Setorial

Pela **CONTRATADA**:

  
**PATRÍCIA PÉREZ BRITO PALEARI**